

## Filosofia e ciência em polêmica sobre a (origem da) linguagem

---

Philosophy and science in polemics about the (origin of) language

Filosofía y ciencia en polémica sobre el (origen del) lenguaje

### Maria das Dores Nogueira Mendes

Universidade Federal do Ceará (UFC/ Brasil)

[dasdores@ufc.br](mailto:dasdores@ufc.br)

<https://orcid.org/0000-0002-9765-8364>

### José Wesley Vieira Matos

Universidade Federal do Ceará (UFC/ Brasil)

[jose.wesley98@alu.ufc.br](mailto:jose.wesley98@alu.ufc.br)

<https://orcid.org/0000-0003-2499-0048>

### RESUMO

Neste trabalho, objetivamos tratar das interações entre o discurso científico e o discurso filosófico suscitadas no livro *A origem da linguagem*, do filósofo Eugen Rosenstock-Huessy, considerando a nova situação de comunicação da edição brasileira. Tendo como base teórica a Análise do Discurso delineada por Dominique Maingueneau, aplicamos a análise da polêmica, enquanto registro, em suas três dimensões (enunciativa, genérica e semântica), ao passo que buscamos relacionar a disputa das identidades como constitutiva de uma interincompreensão entre posicionamentos dos discursos constituintes em questão. Para além disso, distinguimos as relações polêmicas em suas situações comunicativas, aquela da primeira publicação e a da tradução e edição brasileira,

---

\* Sobre os autores ver página 170.



percebendo, nesta última, novos participantes e interdiscursos, principalmente religiosos e políticos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Discurso científico; Discurso filosófico; Polêmica; Linguagem; Análise do discurso.

#### **ABSTRACT**

*In this work, we intend to deal with the interactions between scientific and philosophical discourse raised in the book *The Origin of Language* by the philosopher Eugen Rosenstock-Huessy considering the new communication situation in the Brazilian edition. Based on the theoretical basis of the Discourse Analysis outlined by Dominique Maingueneau, we applied the analysis of the polemics, as a record, in its three dimensions (enunciative, generic, and semantic), while we seek to relate the dispute of identities as constitutive of an interincomprehension between positions of the constituent discourses in question. Also, we distinguish the polemics relationships in their communicative situations, that of the first publication and that of the Brazilian translation and edition, perceiving, in the latter, new participants and interdiscourses, mainly religious and political.*

**KEYWORDS:** *Scientific discourse; Philosophical discourse; Polemics; Language; Discourse analysis.*

#### **RESUMEN**

*En este trabajo, pretendemos abordar las interacciones entre discurso científico y discurso filosófico planteadas en el libro *El origen del lenguaje*, del filósofo Eugen Rosenstock-Huessy, considerando la nueva situación comunicativa en la edición brasileña. A partir del Análisis del Discurso esbozado por Dominique Maingueneau, aplicamos el análisis de la polémica, como registro, en sus tres dimensiones (enunciativa, genérica y semántica), mientras buscamos relacionar la disputa de identidades como constituyendo una interincomprensión entre posicionamientos de los discursos constituyentes en cuestión. Además, distinguimos las relaciones polémicas en sus situaciones comunicativas, la de la primera publicación y la de la traducción y edición brasileña, percibiendo, en la última, nuevos participantes e interdiscursos, principalmente religiosos y políticos.*

**PALABRAS CLAVE:** *Discurso científico; Discurso filosófico; Polémica; Lenguaje; Análisis del discurso.*

## **1 Introdução**

Este estudo surge em um contexto sócio-histórico peculiar de enfrentamento e de ataques à ciência enquanto instituição detentora do conhecimento e da Verdade. As investigações sobre uma “crise na ciência” não são exclusivas do século XXI. De um ponto de vista sociológico, Karl Mannheim (1976) propõe uma reflexão ampla sobre as formas de

conhecimento. Em seguida, Robert Merton (2013) especifica esse recorte articulando uma subárea, a sociologia da(s) ciência(s) sob a alegação da autonomia social e analítica desse conjunto de saberes. Além desse ponto de vista, outros se desenvolvem em distintas subáreas como a História da ciência, a Filosofia da ciência ou Epistemologia.

Autores como Bourdieu (2001) e Santos (1995) buscam observar as estruturas e rupturas do campo acadêmico, principalmente em seus espaços institucionais, refletindo e expandindo, cada qual a seu grau, certa atitude de relativismo epistemológico. Contudo, aquilo que parecia se dar como questão metadiscursiva, a ciência que reflete sobre suas práticas, foi colocado, depois, principalmente com a popularização da Internet, como pauta em um espaço público.

Nesse novo cenário, por intermédio das novas mídias, a ciência deixa de ser o discurso avaliador privilegiado e passa a ser o avaliado por outros segmentos sociais, com ares de certa equipolência de autoridade. Entre esses confrontadores, um que ganha destaque, não só, mas principalmente, no contexto brasileiro, é o dos filósofos contrários a um dito modelo de ciência denunciado por ser ideologizado/enviesado e falso. Assim, acreditamos que se instaura ou ressurgem uma polêmica enquanto registro (MAINGUENEAU, 2010) de enunciados em oposição discursiva sobre a ciência. Não mais apenas reflexões intradiscursivas<sup>1</sup> sobre as práticas científicas, mas um espaço de interações interdiscursivas sobre a legitimidade social das instituições científicas e de seus saberes.

Desse modo, pretendemos analisar o livro *A origem da linguagem* (2002), do filósofo Eugen Rosenstock-Huussy, como registro dessa polêmica, no plano enunciativo e comunicativo, considerando seu reaparecimento e inserção de elementos pré e paratextuais no contexto de sua primeira tradução e edição brasileira propiciada por Olavo de Carvalho, expoente de um posicionamento filosófico anti cientificista no Brasil.

## 2 Polêmica discursiva

O livro escolhido torna-se mais relevante, tendo em vista a posição teórica que assumimos no quadro da Análise do Discurso, delineada por Dominique Maingueneau, que sustenta a relação articulatória entre linguagem e sociedade; portanto, interessa-nos, também, como componente para análise, os próprios conteúdos discutidos sobre a linguagem.

---

<sup>1</sup> Não se trata de considerar que havia relações puramente internas ou isoladas; como destaca Possenti (2009a), a AD visa subverter essa relação de exterioridade “[...] para pensar a presença do interdiscurso no próprio coração do intradiscorso [...]” (p. 164). Contudo, visamos ressaltar as distinções nas configurações interdiscursivas que podem ser notadas em uma anterior predominância de certa implicitude e/ou restrição do debate comparada(s) a sua atual publicização, o (re)aparecimento da polêmica.

Maingueneau (2000) reconhece algumas propriedades e comportamentos compartilhados por certos tipos de discursos, tais como o científico, o jurídico, o filosófico, o religioso e o literário, que buscam efeitos de legitimação e preponderância sobre os demais na configuração discursiva do Ocidente contemporâneo. A esses, o autor propõe a categorização de discursos constituintes, aqueles que pretendem constituir sem serem constituídos. Tais discursos se instalam em processos de auto e heteroconstituição, pois se apoiam em uma fonte legitimante, um absoluto que respalda as ações coletivas, ao mesmo tempo que constroem essa legitimação pelo próprio discurso.

Assim como nos demais discursos constituintes, na filosofia e na ciência, há diferentes “modos” de enunciar com legitimidade. Costa (2012) denomina tais características como investimentos discursivos, destacando-se, nessa classe de discursos, os investimentos linguísticos, éticos e cenográficos específicos que singularizam, discursivamente, o *status* dessas produções.

A compreensão da filosofia como discurso não pretende reduzir ou descaracterizar o campo e os pensamentos filosóficos, mas constitui uma busca de compreender a enunciação filosófica em meio a uma instituição discursiva que articula a instituição singularizada (o campo, o *status*) e a autolegitimação da cena e do posicionamento possibilitadores desse enunciado.

A atividade enunciativa deve administrar sua presença tanto no mundo que constrói quanto no mundo em que é construída, que se desdobra como dispositivo de legitimação da situação de enunciação da qual pretende surgir (COSSUTTA; MAINGUENEAU, 2019, p. 6, tradução nossa)<sup>2</sup>.

Como primado de seu tipo de análise, Maingueneau (2008) propõe duas acepções de relações interdiscursivas: uma mais forte, que trata das relações constitutivas do universo discursivo, ou seja, o Um existe no Outro; e uma acepção fraca, que trata das relações entre os discursos, considerando as fronteiras que esses constroem para se diferenciar.

Dessa maneira, apropriando-se dessa segunda concepção de interdiscurso, podemos perceber as interações entre os tipos de discurso científico e filosófico, principalmente, nos momentos em que os registros enunciativos passam a evidenciar e explicitar oposições discursivas. Esta seria a concepção de polêmica proposta por Maingueneau (2010, 2015): entre as práticas agonísticas, a polêmica seria uma modalidade que atravessa os

---

<sup>2</sup> “L’activité énonciative doit gérer sa présence à la fois dans le monde qu’elle construit et dans le monde où elle se construit, qui se déploie comme dispositif de légitimation de la situation d’énonciation dont elle prétend surgir” (COSSUTTA; MAINGUENEAU, 2019, p. 6).

discursos e os gêneros (registro), na qual a oposição ganha uma dimensão pública e constrói, ao menos, duas identidades, posicionamentos, em disputa.

Para análise do registro polêmico, Maingueneau (2010, 2015) caracteriza três dimensões: enunciativa, genérica e semântica. No nível enunciativo, a polêmica é constituída pelo reconhecimento de diversos traços imediatos, estratégias, de ordens linguística, pragmática e enunciativa. No nível genérico, concretizam-se e especificam-se as práticas discursivas que sustentam essa interação enunciativamente polêmica, ou seja, enfoca-se no quadro comunicacional que delimita os sujeitos participantes, seus papéis, o contexto sócio-histórico e o próprio dispositivo comunicativo, o gênero, que, apesar do registro não se deixar encerrar em apenas um, utiliza-se deste, o qual, por sua vez, prescreve-lhe uma maneira de existir. No nível semântico, a abordagem se torna menos evidente, na medida em que se observa a construção discursiva das identidades em oposição, relacionando com o(s) tipo(s) de discurso o(s) qual(is) os posicionamentos pertencem.

Por fim, cabe notar que a polêmica, discursivamente, possui um estatuto singular, pois constitui um espaço de ameaça à existência da identidade polemizada (MAINGUENEAU, 2010), assim, relaciona-se, desde já, à disputa pelo reconhecimento social (público), às estratégias de (des)legitimação e, principalmente, a um lugar privilegiado de enunciar contra o outro.

### **3 Ciência e filosofia: primeira situação comunicativa**

#### **3.1 O problema da origem**

Apesar de, muitas vezes, serem confundidas ou postas em relação de substrato, filosofia e ciência constituem campos distintos e nem sempre alinhados. A filosofia ocidental, marcada pela cultura grega, foi um dos grandes empreendimentos humanos para compreensão do mundo. Como destaca Germano (2011), em linha gerais, a filosofia se prestou a substituir a explicação da realidade feita pelos mitos e pelas religiões; por meio da natureza, pretende explicar os próprios fenômenos naturais. Cada posicionamento (corrente, escola, pensador) estabelece um método marcado pela racionalidade para perceber o mundo, que, em abstração, denomina-se como método filosófico.

Essa disputa por um lugar privilegiado de enunciar verdades com autoridade muito tem a ver com a disputa dos discursos constituintes, que são múltiplos e não cessam de buscar legitimidade opondo-se uns aos outros.

É assim que, no Ocidente, discurso filosófico e discurso religioso lutaram durante muito tempo para determinar qual deles tinha o direito de ocupar a posição soberana. Tal pretensão foi contestada pelos defensores da superioridade do discurso científico, que não cessam de conjurar a ameaça do religioso [...] ou o da filosofia, quando ela

manifesta qualquer pretensão de hegemonia (MAINGUENEAU, 2015, p. 143).

A ciência, tal como a conhecemos em termos de campo, é gestada nessa filosofia, mas, após avanços no seu tipo de conhecimento em certo contexto sócio-histórico, aparta-se e opõe-se a essa. Sobre a síntese de uma “ciência moderna”, o novo empreendimento busca delimitar seu método distanciando-se dos sentidos imediatos, das crenças, do senso comum e de uma racionalidade desvinculada de critérios da verdade. Assim, podemos contextualizar uma sobreposição de legitimidade, apesar da filosofia não ter perdido totalmente seu prestígio, e, posteriormente, uma “departamentalização” da filosofia à ciência, motivadas pela “crença” nesta última:

A visão otimista de que a ciência poderá vir a descrever tudo o que aconteceu e virá a acontecer, caracteriza uma nova concepção de ciência que, confirmada pela presença de incontestáveis inovações tecnológicas, despreza a filosofia e, de certa forma, afasta-se das antigas bases filosóficas de sustentação do projeto inicial de ciência moderna (GERMANO, 2011, p. 76).

Esse afastamento dos campos torna-se mais efetivo no estabelecimento de regras discursivas tácitas, como a que institui que a ciência não se ocupa das causas e dos fins. Segundo Santos (1995, p. 16), “as leis da ciência moderna são um tipo de causa formal que privilegia o *como funciona* das coisas em detrimento de *qual o agente* ou *qual o fim* das coisas” (grifos do autor). Germano (2011, p. 66) credita a Galileu Galilei essa percepção sobre o método científico afirmando que não se pode “[...] partir dos porquês últimos das coisas, visto que é mais útil e seguro investigar *como* ocorrem alguns movimentos, sem necessariamente perguntar sobre suas *causas*” (grifos do autor).

Não apenas os cientistas se afirmam como atividade singular do pensamento. Diversos filósofos passaram a destacar como o método filosófico é válido para outra percepção de mundo que escapa à ciência. Nesse sentido, observamos o seguinte enunciado de Wittgenstein (2010, p. 279) que explicita essa relação de oposição constitutiva do ponto de vista da filosofia: “Sentimos que, mesmo que todas as questões científicas possíveis tenham obtido resposta, nossos problemas de vida não terão sido sequer tocados”.

Contudo, consideramos como registro polêmico aquilo que passa a um nível explícito e público. Neste caso, é que percebemos o livro *A origem da linguagem* de Eugen Rosenstock-Huessy, efetivamente, como parte de uma polêmica entre filosofia e ciência. Desde o título, o filósofo e autor busca restituir à linguagem uma questão central, para ele, “rejeitada” pela ciência

moderna, a origem (ainda que alegue um outro sentido dito mais teleológico e causal para o termo): “para mim a ‘origem’ da linguagem é questão tão legítima quanto qualquer outra questão de ‘origem’” (ROSENSTOCK-HUESSY, 2002, p. 37).

Do ponto de vista do método histórico fundado por Marc Bloch (2001), importante referência para a investigação histórica científica, a busca das origens, como explicação histórica, constitui um mito ao qual o historiador deve se opor. Do ponto de vista da Linguística moderna, o projeto saussuriano opõe-se aos ideais positivistas e filológicos de explicar as línguas por suas origens. Conforme o *Cours*, “eis por que a questão da origem da linguagem não tem a importância que geralmente se lhe atribui. Tampouco se trata de uma questão a ser proposta” (SAUSSURE, 2012, p. 112). Portanto, houve um acirramento em torno do tema (origem da) linguagem, principalmente entre o final do século XIX e durante o século XX, e uma polemização deste por esses dois campos.

### 3.2 Primeiro momento da polémica

Essa contextualização se faz necessária para vislumbrar a situação comunicativa<sup>3</sup> mais próxima à primeira publicação, que ocorreu com o escrito em inglês em 1981. Isso porque acreditamos que a configuração discursiva mais ligada ao momento da (primeira) comunicação permite compreender o filósofo no âmbito da polémica de seu tempo entre filosofia e ciência e, mais especificamente, em uma postura (posicionamento, talvez) delimitante desses campos, um debate sobre os métodos, suas validades e epistemologias.

No primeiro nível da polémica, a dimensão enunciativa, recortamos o investimento ético do enunciador como traço analisável. O *ethos* discursivo, nas proposições de Maingueneau (2010, 2015, 2020), diz respeito à construção da imagem de si do enunciador produzida no próprio ato da enunciação. Atribuímos esse conceito a esse nível da polémica em certa medida, pois, o autor (2010) destaca que a dimensão enunciativa trata dos traços linguísticos e outras marcas que evidenciam um “tom” da polémica, também afirma que o *ethos* trata da corporalidade e do caráter psicológico do enunciador (MAINGUENEAU, 2020), manifestado por meio de diferentes elementos, como a postura, a voz e o tom. Portanto, o *ethos*, certamente, relaciona a

---

<sup>3</sup> Em alguns textos mais antigos, Maingueneau não define com precisão o conceito de “situação comunicativa”, porém, desde que propôs o conjunto teórico das cenas enunciativas, opõe esses conceitos à “exterioridade” do enunciado. Assim, tomada isoladamente, a situação de comunicação corresponde a um ponto de vista puramente sociológico do texto. Posteriormente, o autor (2010) estabelece a distinção entre situação de enunciação, que engloba as cenas enunciativas, e a situação de comunicação que corresponde ao “[...] momento e ao modo de manifestação material em que vai ser proferido ou difundido o discurso” (LEITE, 2015, p. 49), integrando essas situações no plano do texto. Desse modo, acreditamos ser frutífero e necessário distinguir, dentro do plano do escrito de Rosenstock-Huessy, as situações para além do plano enunciativo.

construção da polêmica com a do próprio polemista naquele enunciado, mas pode evidenciar, também, a construção das identidades no nível semântico.

Maingueneau (2020) também propõe uma classificação do *ethos* subdividido-o em três dimensões: a categorial diz respeito à atribuição de traços relacionados a papéis sociais ou comunicativos; a experiencial, ao caráter psicológico; e a ideológica ao posicionamento discursivo manifestado.

Desse modo, identificamos que o *ethos* ideológico do enunciador busca se relacionar, primeiramente, a um grupo de pessoas desmotivadas com a formulação da questão central (a origem da linguagem), ou seja, o de um sujeito insatisfeito com as formulações científicas da época, em especial a “ridicularização” dessa questão cujas “[...] todas essas explicações [científicas] beiram a indecência” (ROSENSTOCK-HUESSY, 2002, p. 37). Bastante relacionado ao tipo de discurso constituinte, o enunciador evoca, implicitamente, um papel de mestre (*ethos* conceitual), aquele que arbitra e ensina sobre a relevância das questões.

Assim, sem muitos argumentos introdutórios, o enunciador declara que a linguagem, como premissa, divide-se em duas: uma rotineira, casual, informal (equiparada aos ruídos dos animais) e outra sublime, solene. Declara, ainda, que defende a distinção de tais linguagens para se poder descobrir que “uma história infantil [...] e a curiosidade bisbilhoteira dos vizinhos fofoqueiros não podem de maneira alguma considerar-se característicos da linguagem humana” (ROSENSTOCK-HUESSY, 2002, p. 38).

Já considerando essas primeiras palavras, em termos de conteúdo, percebe-se a filiação do autor a certa posição filosófica (de restituição) da “sublimidade” da linguagem. Ressaltamos que, mesmo que para as ciências da linguagem essa questão seja “ultrapassada” ou considerada ilegítima, o autor se filia a um método filosófico e não científico, de modo que, podemos observar muitos argumentos pelo convencimento e de apelo à percepção do interlocutor, sem comprovação factual, como a seguinte generalização logo no início do livro: “Nos Estados Unidos todo mundo gosta de ser informal” (ROSENSTOCK-HUESSY, 2002, p. 39).

Esse resgate da sacralidade da linguagem, possui, na obra analisada do autor, forte relação interdiscursiva com a religião. Desde o início do texto, observa-se o cunho teleológico que certos exemplos mobilizadores de elementos religiosos (batismo, padre, salmos) atribuem à linguagem dita verdadeira, correta. A exemplo de outros filósofos religiosos do Ocidente, principalmente os latinos-cristãos, o método filosófico não exige, necessariamente, um afastamento dessas questões mais “subjetivas”. Portanto, o apego aos preceitos religiosos não é, no momento e no contexto discursivo do campo, motivo de invalidade do texto como filosofia.

### 3.3 O simulacro da mente moderna

Maingueneau (2008) defende que a polémica pode ser entendida como um processo de interincompreensão, um fenômeno discursivo decorrente do entendimento do espaço discursivo como disputa semântica no qual o ato de enunciar de um ponto de vista é indissociável do ato de se opor e não compreender os enunciados do Outro. O autor esclarece que o processo de “tradução” do Outro, na tentativa de compreendê-lo e refutá-lo, faz com que não haja uma interação verdadeira entre os dois posicionamentos, mas um anulamento do discurso atingido e uma recriação deste a partir do ponto de vista do Um.

Assim, na manifestação polémica, um texto assume uma posição na disputa e lida não com o Outro, mas com o simulacro que cria dele. Porém, essa afetação que se pretende, inicialmente, apenas destrutiva do Outro é, também, constitutiva do Um: “[...] o Mesmo não polemiza a não ser com aquilo que se separou à força para constituir-se, e cuja exclusão reitera, explicitamente ou não, através de cada uma de suas enunciações” (MAINGUENEAU, 2008, p. 118).

No texto de Eugen Rosenstock-Huessy, o autor se opõe aos sujeitos que “confundem” as linguagens e declara que: “Poderá a gíria informal de uma gangue explicar os cristais da linguagem formal e gramatical? Mas isso foi feito, muitas e muitas vezes, pela linguística e pelos filósofos da linguagem” (ROSENSTOCK-HUESSY, 2002, p. 41). O direcionamento da oposição aos linguistas se perpetua, mais fortemente, a ponto de nomear os semanticistas de “coveiros” seguido de uma exemplificação do método científico como um acúmulo autolegitimante e, possivelmente, fadado a uma “pseudolinguagem”.

Durante a leitura, percebe-se que o simulacro, exemplificado nos cientistas, pretende-se mais amplo e recobre uma denominada “mente moderna”, que pode ser entendida como um impulso relativista que rompe com a tradição. Contudo, em maioria, especifica-se como legisladora desse movimento a mente científica que, à primeira vista, ignora as dimensões sublimes: “A lógica da linguagem constrói-se por um tipo de conhecimento que a mente científica moderna não considera sequer uma possibilidade remota” (ROSENSTOCK-HUESSY, 2002, p. 98).

Essa oposição aos cientistas pode ser observada, enquanto polémica, por exemplo, no nível enunciativo, no investimento em um código de linguagem específico próximo à conversação. Esse código de linguagem associa uma linguagem (o código a priori) e uma interlíngua, uma maneira de mobilizar as normas e as estruturas tendo em vista uma posição filosófica (MAINGUENEAU, 2005). Considerando o contexto de assimilação dos campos, com predomínio da ascensão do prestígio científico, pode-se perceber esse investimento em uma interlíngua “conversacional” como

contraposição às correntes filosóficas que também incorporavam um dizer acadêmico<sup>4</sup>.

Do ponto de vista da dimensão genérica, o texto de Eugen Rosenstock-Huussy pode ser classificado como uma manifestação que é atravessada pelas fracas restrições do hipergênero diálogo, materializando-se sobre a etiqueta de diálogo filosófico e sendo construído em uma cenografia monológica. Essa constituição suscita tensões entre genericidade e polemicidade, tal como percebe Maingueneau (2010), já que os diálogos filosóficos, constantemente, são meios de polemizar sobre um tema controverso para, pelo menos, duas doutrinas.

Contudo, é preciso ressaltar que, no texto do filósofo, o conjunto de sujeitos com o qual se polemiza é apenas fracamente categorizado como o posicionamento científico moderno. Mesmo quando há menção a Rousseau e Benjamin Franklin (como cientificistas), o autor utiliza de certa polidez ao tratá-los como exemplos daqueles que ignoram, estão cegados pela guinada científica. Assim, o nível semântico da polêmica, na publicação do texto, é possível de ser percebido na disputa de uma identidade filosófica contrária e questionadora dos métodos científicos e na criação do simulacro da ciência tomada como uma identidade moderna e secular, negadora da tradição.

#### 4 Ciência, filosofia e poder: segunda situação comunicativa

Como explicitado, o livro *A origem da linguagem* de Eugen Rosenstock-Huussy foi a primeira obra do autor traduzida e editada em português brasileiro, em 2002. A republicação do filósofo tempos depois no país não se tratou apenas de um fenômeno editorial. As condições de produção da edição brasileira são peculiares e suscitam outras questões polêmicas nos campos científico e filosófico.

##### 4.1 Enunciado e paratexto

Uma primeira alteração notável, no nível mais imediato do texto, foi o acréscimo de notas de editor e de revisor, além de notas dos tradutores. O primeiro tipo de nota, assinado por Olavo de Carvalho, é a mais predominante, mais até que as do autor, constituindo uma revisão crítica que acompanha o texto. As do revisor são mais notadamente de cunho gramatical ou de adaptação de exemplos em língua estrangeira. Há poucas notas de tradutores. Além disso, há uma introdução dedicada a esta edição, além de uma introdução e um pós-escrito da edição norte-americana.

---

<sup>4</sup> Como explicita o editor Olavo de Carvalho, na orelha do livro, o autor expõe suas ideias “num estilo oral e um tanto fragmentário”, buscando justificar essa cena dialógica e informal como “a única na qual podia florescer um pensamento autêntico” (ROSENSTOCK-HUESSY, 2002, s/p).

Assim, as notas do editor constituem não apenas exemplificações ou esclarecimentos. São comentários que se pretendem válidos a partir do texto como acréscimos e atualização das discussões filosóficas, tendo em vista que o editor também assume esse lugar/papel discursivo. Portanto, esses paratextos, que se somam especialmente na edição brasileira, modificam a leitura do texto mais que o esperado comumente, perpetuam e alteram o próprio registro polêmico à medida que recontextualizam vários enunciados do texto-fonte.

Um destaque que podemos dar a esse nível enunciativo é a construção de um *ethos* projetado do filósofo, ou seja, uma imagem de si desse enunciativo principal criada por um enunciativo terceiro, o do paratexto. Neste, ampliam-se as projeções e os alcances das proposições, como, por exemplo, na nota que atribui a Eugen Rosenstock-Huessy a formulação originária das problemáticas de gênero e sexualidade que, após deturpação ideológica, desemboca na área de estudos de gênero. Segundo o autor da nota, o filósofo alemão “é o legislador não reconhecido da pós-modernidade” (ROSENSTOCK-HUESSY, 2002, p. 254).

Outros tantos trechos se empenham em solidificar e dilatar elementos que estão dados com certa implicitude no enunciado: a originalidade, o não reconhecimento (marginalidade das ideias) e a autenticidade. Ao afirmar que a questão da origem é “legítima” e “ridicularizada”, o autor toma para si o papel de desbravador que reconstrói esse elo entre linguagem e sublimidade, na contramão do comum que também é científico. O *ethos* projetado, então, ressalta como tais descobertas da obra, “a mais grave peça de acusação contra toda a tendência dominante há um século e meio”, tornam o filósofo um autor fundamental e marginalizado, que deveria ser “um príncipe das ciências humanas” (ROSENSTOCK-HUESSY, 2002, p. 188).

Dessa maneira, percebe-se que há, na polémica ressurgida na edição, uma disputa pelo lugar da legitimidade e do reconhecimento intelectual e social. Maingueneau (2010), com base na sociologia de Bourdieu, propõe perceber os campos discursivos repartidos em zonas centrais e periféricas, nas quais há um incessante movimento decorrente das disputas identitárias que tornam certos posicionamentos regentes/subordinantes e outros regidos/subordinados. Parece-nos que o lugar comunicativo da primeira enunciação e o da edição brasileira possuem certa similaridade no que diz respeito a pertencerem a um posicionamento marginal que visa destituir um núcleo de práticas filosóficas e, interdiscursivamente, científicas.

## 4.2 O dispositivo comunicativo

O texto de Eugen Rosenstock-Huessy não reaparece no Brasil desvinculado de um contexto particular. Publicado pela Editora Record, *A origem da linguagem* faz parte de uma coleção intitulada “Biblioteca de Filosofia”, dirigida por Olavo de Carvalho, que visa “divulgar tesouros da filosofia

contemporânea ainda mal conhecidos ou totalmente desconhecidos [...]” (ROSENSTOCK-HUESSY, 2002, s/p). Como mencionado, Olavo é filósofo e professor de filosofia em meios digitais. As ideias que propõe ganharam repercussão nacional por volta dos anos 1990. O antigo astrólogo, agora filósofo, é reconhecido pelas convicções em uma filosofia anticientificista, quiçá anti moderna. Divide a edição do livro com Carlos Nougué, também filósofo e gramaticista que defende certo purismo linguístico e normativo.

Alguns outros títulos da mesma coleção podem ser ilustrativos para apresentar um panorama das ideias que se busca restituir a um lugar intelectual privilegiado (o da biblioteca): *As seis doenças do espírito contemporâneo* de Constantin Noica, *Ciência moderna e sabedoria tradicional* de Titus Burckhardt, *Eternidade e finitude* de Max Wundt e *O homem e Deus* de Xavier Zubiri. Superficialmente, percebe-se, desde já, a forte interdiscursividade religiosa e pressupostamente cristã, o embate contra o secularismo/modernidade, entre ciência e tradição.

O diretor da coleção também afirma, em seu site, que, nas vésperas da publicação dos livros, a pesquisadora Marilena Chauí parecia estar disputando a pauta:

Lanço uma Biblioteca de Filosofia pela Editora Record, dona Marilena Chauí solta uma coleção com o mesmo nome pela Editora da Unesp. Coloco na minha Biblioteca uma obra sobre Aristóteles, ela também põe uma na sua [...] (CARVALHO, 2001).

A dita coleção da cientista realmente precedeu à coleção de Olavo, sendo publicada em 2001, sob a justificativa de publicizar textos acadêmicos que tinham pouca visibilidade e estavam sendo solicitados pela demanda de novos públicos, um crescente interesse nacional por filosofia:

Do lado dos leitores não-especialistas, a demanda por textos de filosofia também cresceu, possivelmente ocasionada pelas dificuldades práticas e teóricas do tempo presente, que vive a crise dos projetos de emancipação, da racionalidade moderna e dos valores éticos e políticos, fazendo surgir o interesse renovado pelos frutos da reflexão filosófica (CHAUÍ, 2001, p. 5-6).

Neste ponto, podemos ter um vislumbre de que a polêmica, conscientemente ou não, mobiliza, na publicação no Brasil, os dois discursos evocados anteriormente. Como ressalta Maingueneau (2010, p. 193), o texto polêmico “[...] constitui um acontecimento enunciativo que adquire sentido em relação a outros da mesma série”.

O *status* de livro como parte de uma biblioteca especializada e comentada pode ser entendido como um investimento desse movimento de

restituição a um lugar da memória usurpado, a inserção devida a um grupo de pensadores no arquivo legítimo da filosofia. Apesar da utilização massiva das redes sociais e outros veículos comunicativos da Internet, o grupo que faz ressurgir o livro se utiliza das expectativas suscitadas pela forma de circulação editorial e os papéis comunicativos reconhecíveis nela; a legitimidade também busca ser restituída pelo modo como se inscreve o texto no contexto sócio-histórico brasileiro.

#### 4.3 Uma nova dimensão semântica?

É possível perceber, na segunda situação comunicativa específica no Brasil, uma continuidade e ampliação do registro polêmico. Contudo, o deslocamento espaciotemporal já nos leva a pressupor uma mudança na conjuntura social e, conseqüentemente, na recepção e leitura desse texto enunciado. Novos sentidos são integrados pelos elementos que recontextualizam essa nova publicação, o que pode nos fazer reavaliar se, na dimensão semântica, apesar da mudança de atores mais imediatos da polémica, os papéis de polemistas e polemizados são mantidos ou alterados e qual o estado das relações (inter)discursivas na nova situação.

**FIGURA 1.** “A Torre de Babel” de Pieter Bruegel (1563)



Fonte: Museum boijmans van beuningen. Disponível em: <https://www.boijmans.nl/en/collection/artworks/3723/the-tower-of-babel>. Acesso em: 20 nov. 2020.

O quadro de Pieter Bruegel, figura 1, foi escolhido pela editoração brasileira do livro *A origem da linguagem* para constituir, por um recorte e coloração em tom avermelhado, a capa. A obra artística, que faz parte de um conjunto de três do mesmo autor sobre a mesma temática, retrata a edificação

da Torre de Babel conforme a tradição religiosa judaico-cristã. Segundo a narrativa, foi um intento autossuficiente da humanidade de alcançar o céu, punível com sua destruição por meio da falta de compreensão comunicativa causada pela criação da multiplicidade de línguas, a “confusão”.

Acreditamos que a imagem simboliza uma proximidade das práticas entre o grupo polemista do qual Eugen Rosenstock-Huessy fez parte e do grupo que faz reaparecer seu texto em uma nova configuração discursiva. Primeiramente, a imagem alude à origem das línguas do ponto de vista religioso, fia a ideia da unidade linguística como sublimidade e da heterogeneidade como confusão. No livro, o autor constrói uma argumentação que legitima uma unidade linguística presente nos ritos e atos sacramentais que funda a própria significância da linguagem, enquanto o coloquialismo e o senso-comum a diluem<sup>5</sup>.

Além da temática, a figura da Torre de Babel é parte também da construção do simulacro do Outro. A ciência moderna é vista como um empreendimento egocêntrico da humanidade que, sem prospecção divina, está fadado à queda. Interessante também que, em meio a tantas representações, seja escolhida a que popularmente é nomeada e designa o projeto de “pequena”, que tem um perspectivismo inclinado e que retrata um inacabamento. Por oposição, o livro em questão é um projeto de religação dessas dimensões filosóficas e religiosas, conforme o editor, considerando a linguagem “o campo privilegiado da manifestação do Espírito Santo” do qual, “quando amputada de Deus, [...] se torna mero ‘produto social’ ao qual seria imensurável tolice atribuir o poder de criar [...]” (ROSENSTOCK-HUESSY, 2002, p. 16).

O movimento de oposição anticientificista reúne os dois grupos que têm similaridades nessa semântica global da identidade polemista filosófica, porém, também há distinções, no sentido de que aquele com quem se polemiza é melhor definido, por exemplo. Como explicitamos, o autor do texto-fonte menciona algumas figuras que representam esse cientificismo ao qual ele se opõe. Contudo, nas notas do editor, outros sujeitos são mobilizados, com mais desprezo, como constituintes dessa outra posição, como Edward Sapir, Michel Foucault, Jacques Derrida e Paulo Freire. A eles, são atribuídos os lugares de oportunistas e de deturpadores das ideias originais do filósofo, assim, defende-se que “quem não conhecia o original aplaudiu a cópia” (ROSENSTOCK-HUESSY, 2002).

---

<sup>5</sup> Inclusive, em nota de editor, Olavo defende que a aprendizagem de segunda língua em guinada pragmática-comunicativa não capacita suficientemente o aprendiz que, por meio do uso e distante da norma, tem uma variação inumerável de manifestações que não lhe permite restituir uma forma linguística dos “homens cultos”.

#### 4.4 Duas polémicas

A subdivisão deste trabalho já sugere a separação dos dois acontecimentos enunciativos. Contudo, resta-nos pensar em que medida a republicação se trata de uma (des)continuidade do registro polémico manifestado primeiramente na escrita do texto.

Conforme o apresentado, permanece a oposição discursiva de um posicionamento filosófico contrário à ciência moderna e ao discurso e método científico. É mantida também uma forte relação interdiscursiva de complementaridade com o discurso religioso, um posicionamento cristão católico tradicional demonstrado por Olavo, por exemplo, ao afirmar que os católicos deveriam reear as inovações litúrgicas e que “a atmosfera de loucura e a criminalidade crescente das últimas décadas têm muito a ver com as reformas litúrgicas [...]”. Além disso, o editor afirma com convicção que as “pessoas que promovem essas reviravoltas estão perfeitamente conscientes dos vastos efeitos que pretendem suscitar” (ROSENSTOCK-HUESSY, 2002, p. 228), o que, no contexto do livro, pode ser entendido como uma ampliação desse oponente moderno também interessado na destruição religiosa.

Assim, o simulacro da mente científica moderna passa, na republicação, a agregar outros valores e relações interdiscursivas projetadas por esse posicionamento filosófico. A mais notável se trata da vinculação do grupo polemizado a um posicionamento político amplo (ou uma formação discursiva), a esquerda. Enquanto, no texto-fonte, o autor não estabelece relações claras entre seus oponentes e uma posição política, no máximo se opondo à revolução dos partidos comunista e fascista, as notas do editor destacam, por diversos recursos como a impolidez, a intertextualidade e o *ethos* projetado, um espectro político-ideológico responsável pela orquestração do empreendimento moderno na atualidade.

Eugen Rosenstock-Huessy defende um primado da hierarquia sobre muitos, senão todos, os aspectos, o que leva à dita incontornável divisão da linguagem sublime e da linguagem diluída. Em nota, Olavo afirma que os adeptos de um *laissez-faire* gramatical, que contrariam essa hierarquia, pertencem à corrente da esquerda que “luta encarniadamente para tomar o poder por quaisquer meios” e especifica que um linguista que “apregoe a abolição das normas gramaticais” tem por objetivo real não essa abolição, “mas a conquista do poder sobre a linguagem coletiva” (ROSENSTOCK-HUESSY, 2002, p. 214-215).

Em 1999, Olavo de Carvalho publicou, em seu blog e no seu curso online, suas impressões sobre o livro *Preconceito linguístico: o que é, como se faz?* (1999) de Marcos Bagno. Opondo-se veementemente à defesa de que há discriminação social pela língua e à proposta de ampliação gramatical, o filósofo utiliza vocabulário similar para caracterizar o “*laissez-faire* gramatical contra toda tentativa de conservar a unidade da norma culta” (CARVALHO, 1999). A polémica sobre o preconceito linguístico se estende a outros atores

desse grupo filosófico brasileiro anticientificista, como pode se observar no texto de Flávio Mongenstern, *Preconceito linguístico e o coitadismo linguístico* (2011). Portanto, a edição brasileira recontextualiza o debate amplo sobre a linguagem sublime para o ataque contundente aos agentes da secularização e do desmonte gramatical (o que significaria a “confusão” linguística) no Brasil do terceiro milênio.

Dessa maneira, é possível observar que o elemento “poder” adquire maiores proporções na segunda situação da polêmica. No entanto, é preciso considerar que, conforme Cossutta (2001), a polêmica, enquanto prática social, sempre pressupõe disputas de poder e envolve as instituições as quais os sujeitos se relacionam. Assim, Eugen Rosenstock-Huessy também busca legitimar uma centralidade de poder a seu ponto de vista e uma marginalização da mente moderna, porém, seu debate circula mais detidamente em torno da validade do método científico. Enquanto, na republicação, o livro se configura como instrumento intelectual de luta pela destituição de um poder dito hegemônico da ciência aliado a certa política na contemporaneidade. Dessa maneira, podemos dizer que a polêmica não está dada, no contexto da edição brasileira, mas se apoia na historicidade e nas relações dos discursos constituintes, reconfigurando os interdiscursos existentes e novos.

Em síntese, a polêmica entre certa filosofia e a ciência moderna mantém uma base de oposição discursiva, desde a publicação de Eugen Rosenstock-Huessy até à edição brasileira, com o acréscimo da ênfase que ganha a disputa político-ideológica. Ainda que pareça um reducionismo, apesar de Cossutta (2001) ressaltar que um aspecto da estrutura polêmica é a redução simplificadora (o bem vs. o mal), a polêmica se dilata em dois grandes blocos antagônicos sobre as concepções de língua(gem) e dos mundos possíveis decorrentes destas; tal como conclui Martins (2011) ao pensar como a questão das filosofias da linguagem se relacionam com a questão da verdade. O posicionamento filosófico anticientificista tem como eixos o essencialismo, a naturalização, o ritualismo, a teleologia (teológica) e um conservadorismo. Enquanto a ciência moderna é um projeto amplo balizado por certo “relativismo”<sup>6</sup>, pela socialização, pelo construtivismo, pela finalidade em si e por um dito progressismo.

## 5 Senso comum, problema comum: crise e politização

O ressurgimento do texto de Eugen Rosenstock-Huessy, com sua atualização e novas relações polêmicas, pode ser contextualizado em um âmbito mais amplo das relações discursivas que podem iluminar o crescente

---

<sup>6</sup> O termo é bastante insuficiente e é empregado como uma oposição clara ao essencialismo. Porém, distante da imagem estereotipada de uma ciência “frouxa”, relativista, o que há na ciência moderna é um movimento constante de desestabilização, algo que se relaciona por oposição à filosofia, por exemplo, na constituição de arquitextos; enquanto a ciência visa uma verdade temporária e superável, a tradição filosófica não é de toda ultrapassável (MAINGUENEAU, 2015).

interesse por esse posicionamento filosófico anticientificista e a publicização do debate que reafirma a polémica.

Santos (1995) reflete sobre o contraste entre os avanços da ciência e as desigualdades sociais permanentes. A positividade no progresso científico, desde o século XIX, decaiu não apenas em relação aos outros discursos, mas no seio das próprias práticas científicas: “o aprofundamento do conhecimento permitiu ver a fragilidade dos pilares em que se funda” (SANTOS, 1995, p. 24). Esse histórico e as contestações à hegemonia do modelo de verdade vigente, para o autor, reflete um estado de crise do paradigma científico moderno que precede e possibilita as mudanças das práticas.

Posteriormente, Santos (1989) desenvolve a proposta de organização do novo paradigma emergente e defende uma ciência pós-moderna. Um princípio que estabelece a construção desse projeto é a segunda ruptura epistemológica. Segundo o autor, Gaston Bachelard sintetiza a consciência do método científico moderno ao afirmar que há uma ruptura epistemológica necessária para se produzir ciência, a de apartar-se do senso comum. Nesse âmbito, Santos (1989) propõe uma segunda ruptura necessária para se produzir uma nova ciência, romper com a primeira ruptura. No entanto, o autor esclarece que “uma vez feita a ruptura com o senso comum, o ato epistemológico mais importante é a ruptura com a ruptura epistemológica” (SANTOS, 1989, p. 41), ou seja, o novo paradigma emerge vinculado ao anterior, é uma expansão do método e não uma destituição total.

Bourdieu (2011), analisando as práticas científicas e institucionais na área da Sociologia e Letras, subdivide o campo simbólico da ciência em dois polos: o do saber e do poder. Tais propriedades do funcionamento discursivo são inseparáveis, o saber mobiliza poder(es), assim como o poder dita a produção de saberes. Para o autor, o que ocorre no seu contexto de análise é uma crise que tenciona esses polos. O momento crítico é um delator que

[...] transforma o olhar que os agentes têm habitualmente sobre a simbólica das relações sociais, e principalmente das hierarquias, fazendo ressurgir a dimensão política, altamente reprimida, das práticas simbólicas mais ordinárias [...] (BOURDIEU, 2011, p. 247).

O autor também explica que os agentes transformadores interrompem sua função “[...] quando a crise não é um efeito controlado de sua ação e quando ela contém por isso uma ameaça para sua ordem interna, quando não para sua própria existência” (BOURDIEU, 2011, p. 246).

A virada do século representou muitas mudanças sociais, entre elas a difusão crescente dos meios de comunicação e a popularização da Internet, concedendo novos espaços de fala e de debate, possibilitadores das mídias alternativas. Como apontam os teóricos, também foi um momento de acirramento do debate científico sobre suas próprias práticas, questionando os

pilares da ciência moderna. Esse ambiente foi propício para a ampliação de projetos anticientíficas, um momento em que se avalia o discurso que possui a legitimidade social mais bem reconhecida.

Assim, a massificação da produção e a recontextualização de textos do posicionamento filosófico anticientífico ataca, sobretudo, as bases filosóficas da ciência moderna e os consensos produzidos pelo/esse paradigma. Neste ponto, o posicionamento pós-moderno (ou relativista, se quisermos incluir outros autores que separam uma “ciência velha” de uma “ciência nova”) poderia parecer similar e, talvez, tenha sido confundido em sua proposta, antes intradiscursiva (no sentido de ser discutida internamente, ainda que afetada pelo interdiscurso), agora publicizada junto e pelo posicionamento filosófico, alimentando indiretamente a polêmica e reativando as reprimidas dimensões políticas.

Um panorama desse discurso sobre a ciência poderia apresentar distintas posturas: não reconhecer a crise e propor a conservação das práticas tais como estão; reconhecer a crise e propor a conservação das práticas tais como estão; reconhecer a crise e propor mudanças atreladas ao projeto moderno; e reconhecer a crise e propor mudanças desvinculadas do projeto moderno. Esta última, assumida pelos filósofos anticientíficos, busca reestruturar as bases filosóficas/epistemológicas da ciência recorrendo à metafísica, negando o racionalismo ou iluminismo.

Contudo, como pode se observar, um dos principais argumentos que levam a reavaliar a postura científica moderna é sua atitude frente a outras formas de saberes e conhecimentos. Nisto, ciência moderna e filosofia anticientífica parecem compartilhar uma aversão similar ao senso comum. No livro que analisamos, o autor se opõe ao senso comum caracterizando-o como maligno, redutor, aquilo que torna a linguagem mera comunicação e o editor, Olavo, acrescenta que, no Brasil, o conceito mais vigente de senso comum é o gramsciano que seria uma invalidação do popular pelo controle autoritário comunista (ROSENSTOCK-HUESSY, 2002).

Outro ponto que toca ambas as posições de conservação (do projeto moderno e de uma tradição filosófica) é o rechaço à historicidade. Tanto metafísica quanto racionalismo buscam desvincular-se da análise de seus processos como construtos sócio-historicamente delineados. Metadiscursivamente, este trabalho se insere na própria polêmica que analisa e possui uma posição dentro do campo no e pelo qual enuncia. Ao adotar uma compreensão da ciência como discurso, destaca-se seu aspecto histórico, porém, como faz ecoar Possenti (2009b, p. 194),

que a ciência é um discurso é certo, mas isso não implica que sejam todos os discursos sejam iguais” e que “o fato de um discurso ser historicamente condicionado” não “implica concluir obrigatoriamente que sua tarefa não pode ser a busca da(s) verdade(s).

Como citado, o perigo que a ciência aponta à autoridade filosófica é o da pretensão hegemônica (MAINGUENEAU, 2015) e, como assinala Bourdieu (2011), da ameaça à existência do campo científico. É necessário compreender que “o critério de cientificidade de um enunciado não é a verdade da proposição que ele veicula, mas seu sistema de produção” (POSSENTI, 2009b, p. 196), em outras palavras, seu método. É preciso analisar e aprofundar a polêmica já que esta apresenta um estado de instabilidade social e nos parece que a crise é, sobretudo, uma crise da objetividade sendo entendida como causa e não como efeito.

Porém, é necessária cautela ao reavaliar tais traços da ciência, como a pretensa desvinculação ideológica, regional e de classe (COSTA, 2012), pois, se tal utopia não for ao menos um horizonte, perdem-se as condições igualitárias democráticas que intentam não privilegiar ou subjugar o conhecimento dos fatos (recortes da realidade) por critérios socioculturais. O cientista, como os demais sujeitos discursivos, enuncia sempre de um pondo de vista (POSSENTI, 2009b), mas é preciso reconhecer na enunciação científica que sua condição limitadora é também sua oportunidade<sup>7</sup>. O projeto anticientificista busca um apagamento de seus parâmetros arbitrários, que, para dizer o mínimo, é retrógrado e obscurantista. Opõe-se ao método científico moderno incorrendo no mesmo “erro” apontado pela posição pós-moderna, a supremacia enunciativa, uma unidade do saber desvinculada de quaisquer relações explícitas de poder.

A verdade em si (objetivismo) da ciência moderna e a verdade transcendente (teleologia) da dita posição filosófica possuem problemas comuns que ignoram a multiplicidade de verdades produzidas por outras formas de saber, de conhecer e de compreender o mundo; porém, considerando que a primeira parece estar em crise e sendo refletida no campo das ciências, enquanto a segunda permanece como dogma desse tipo de filosofia.

Sem pretensões de apontar o caminho ou uma resolução da polêmica, fazemos coro a Santos (1989, p. 95) ao afirmar que “se a verdade é a luta das verdades, é também o consenso que permite essa luta [...]”; o relativismo epistemológico não pode tornar-se justificativa para um retrocesso intelectual, pois, constatar a não autonomia absoluta da ciência não implica retornar à hegemonia da suposta autonomia transcendente. O relativismo reflexivo, ao contrário, deve conduzir a uma reavaliação e aumento da criteriosidade do próprio fazer científico. Por fim, a luta pelo rigor da legitimidade dos métodos “[...] deve ser conduzida com rigor” (SANTOS, 1989, p. 113).

---

<sup>7</sup> Possenti (2009b) adverte que uma relação geral entre ciência e ideologia é um falseamento da questão, tendo-se que observar graus de (des)ideologização nas diferentes ciências. Não por acaso, a frente anticientificista de ataque à ciência moderna é direcionada, quase exclusivamente, às ciências sociais *latu sensu*.

## REFERÊNCIAS

- BAGNO, M. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz**. São Paulo: Loyola, 1999.
- BLOCH, M. **Apologia da história, ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BOURDIEU, P. **Homo academicus**. Tradução de Ione Ribeiro Valle e Nilton Valle. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011.
- CARVALHO, O. **Pauteiro da USP**. Site pessoal, 2017 (2001). Disponível em: <https://olavodecarvalho.org/pauteiro-da-usp/>. Acesso em: 20 ago. 2020.
- CARVALHO, O. **Quem come quem**. Site pessoal, 2017 (1999). Disponível em: <https://olavodecarvalho.org/quem-come-quem/>. Acesso em: 20 ago. 2020.
- CHAUÍ, M. Apresentação. In.: PEREIRA, O. P. **Ciência e dialética em Aristóteles**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- COSSUTTA, F. **Elementos para a leitura dos textos filosóficos**. Tradução de Angela Noronha Begnami et. all. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- COSSUTA, F; MAINGUENEAU, D. L'analyse du discours philosophique: bilan et perspectives. **Argumentation et Analyse du Discours** [En ligne], n. 22, abr. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/aad.2981>. Acesso em: 10 ago. 2020.
- COSTA, N. B. **Música popular, linguagem e sociedade** (analisando o discurso literomusical brasileiro). Curitiba: Appris, 2012.
- GERMANO, M. G. **Uma nova ciência para um novo senso comum**. Campina Grande: EDUEPB, 2011.
- LEITE, R. M. F. **Uma análise do discurso publicitário em tempos de espetáculo: cenografias e ethos do Itaú na campanha #issomudaomundo**. Mestrado em Estudos Linguísticos (dissertação). Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2015, 127p.
- MAINGUENEAU, D. Code langagier et scène d'énonciation philosophique. **Rue Descartes**, v. 50, n. 4, 2005, pp. 22-33. Disponível em: <https://doi.org/10.3917/rdes.050.0022>. Acesso em: 03 ago. 2020.
- MAINGUENEAU, D. **Gênese dos discursos**. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2008.
- MAINGUENEAU, D. Analisando discursos constituintes. Tradução de Nelson Barros da Costa. **Revista do GELNE**, v. 2, n. 1/2, p. 1-12, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/gelne/article/view/9331>. Acesso em: 03 ago. 2020.

MAINGUENEAU, D. **Doze conceitos em análise do discurso**. Organização de Maria Cecília Pérez Souza-E-Silva e Sírio Possenti. Tradução de Adail Sobral et. all. São Paulo: Parábola, 2010.

MAINGUENEAU, D. **Discurso e análise do discurso**. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2015.

MAINGUENEAU, D. **Variações sobre o ethos**. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2020.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e Utopia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

MARTINS, H. Três caminhos na filosofia da linguagem. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org.). **Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos**, v. 3, 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MERTON, R. K. **Ensaio de sociologia da ciência**. Organização e posfácio de Anne Marcovich e Teriy Shinn; tradução de Sylvia Gemignani Garcia e Pablo Rubén Mariconda. São Paulo: Associação Filosófica Scientiae Studia/Editora 34, 2013

MORGENSTERN, F. **Preconceito linguístico e o coitadismo linguístico**. Implicante, 2011.

ROSENSTOCK-HUESSY, E. **A origem da linguagem**. Edição e notas de Olavo de Carvalho e Carlos Nougué; tradução de Pedro Sette Câmara et. all. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SANTOS, B. S. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SANTOS, B. S. **Um discurso sobre a ciência**. Porto: Edições apontamentos, 1995.

SAUSSURE, F. **Curso de linguística geral**. Organizado por Charles Bally e Albert Sechehayé com a colaboração de Albert Riedlinger. Prefácio da edição brasileira Isaac Nicolau Salum; Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes, Izidoro Blikstein. 28. ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

POSSENTI, S. **Questões para analistas do discurso**. São Paulo: Parábola, 2009a.

POSSENTI, S. **Os limites do discurso: ensaios sobre discurso e sujeito**. São Paulo: Parábola, 2009b.

WITTGENSTEIN, L. **Tractatus Logico-Philosophicus**. Tradução e apresentação de Luiz Henrique Lopes dos Santos. 3. ed. 2 reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

*Recebido em 4 de maio de 2021.*

*Aceito em 24 de setembro de 2021.*

*Publicado em 30 de novembro de 2021.*

## **SOBRE OS AUTORES**

**Maria das Dores Nogueira Mendes** é doutora em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e professora no Programa de Pós-graduação em Linguística (PPGL/ UFC) e no Departamento de Letras Vernáculas (DLV/ UFC) desta mesma universidade. É líder do Grupo de Pesquisa Discurso, Cotidiano e Práticas Culturais (Grupo Discuta/ UFC). Atua na área de Língua Portuguesa, com ênfase em Linguística e Análise do Discurso, principalmente em pesquisas sobre os discursos literomusical, científico e político.

E-mail: [dasdores@ufc.br](mailto:dasdores@ufc.br)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9765-8364>

**José Wesley Viera Matos** é graduando em Letras Língua Portuguesa com habilitação em Língua Espanhola na Universidade Federal do Ceará (UFC). É participante do Grupo de Pesquisa Discurso, cotidiano e práticas culturais (Grupo Discuta/ UFC). Atua na área de Linguística, com ênfase em Análise do Discurso, principalmente em pesquisas sobre os discursos científico e literomusical.

E-mail: [jose.wesley98@alu.ufc.br](mailto:jose.wesley98@alu.ufc.br)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2499-0048>